
PLANO LOCAL DE AÇÃO INTEGRADO DE VALONGO

(PLAI_VALONGO)



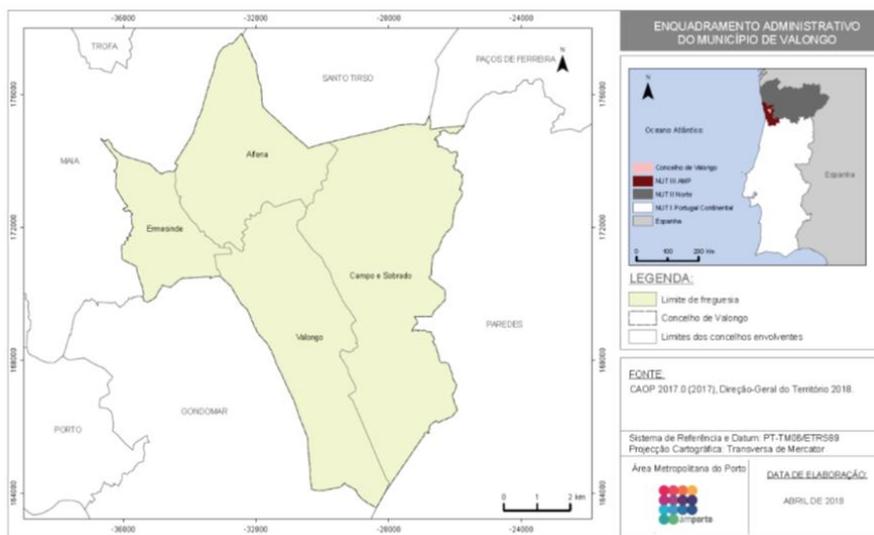
Índice

INTRODUÇÃO	3
CONSTRUINDO UMA VISÃO COMUM... ..	4
AMBIÇÕES	4
OBJETIVOS A ALCANÇAR.....	5
INICIATIVAS EM CURSO / PARCERIAS.....	6
ÁREAS PRIORITÁRIAS.....	6
GRUPOS-ALVO.....	7
MEMBROS DO GRUPO DE PARCEIROS DE AÇÃO LOCAL (GPAL)	7
MUDANÇA ESPERADA... ..	8
ANÁLISE SWOT.....	10
DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS.....	11
DESAFIOS QUE SE COLOCAM À CIDADE DE VALONGO.....	11
FATORES CRÍTICOS.....	11
DESCRIÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO E COLABORATIVO DESENVOLVIDO.....	12
IDENTIFICAÇÃO E RESUMO DAS SOLUÇÕES PRECONIZADAS.....	14
ANEXOS.....	16
ANEXO I - FICHAS DE AÇÃO	17
ANEXO II - FICHAS DE AÇÃO NÃO SELECIONADAS	24
ANEXO III - RESUMOS DAS REUNIÕES GPAL	28
ANEXO IV – GLOSSÁRIO.....	29

INTRODUÇÃO

Valongo integra o conjunto de municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto, na região Norte de Portugal. Este território, com a área aproximada de 75km² e com cerca de 95.000 habitantes, contém uma pluralidade de espaços repartidos entre vales e montes, sendo hoje um concelho empenhado em cumprir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, assente no crescimento económico e na preservação dos bens culturais e naturais, com o objetivo de garantir às suas populações uma melhor qualidade de vida.

Este Concelho teve um rápido crescimento nas últimas décadas, beneficiando da proximidade ao Porto e dos excelentes



acessos rodoviários. O forte desenvolvimento urbanístico da cidade torna mais premente a importância de adotar políticas de transição para a economia circular. Nesse sentido, o município tem apostado numa estratégia fortemente orientada para o incremento das recolhas seletivas e na diminuição da produção de resíduos, sustentando-se nos modernos conceitos de Gestão promovidos pela LIPOR, da qual é parte integrante.

Com base nas estratégias europeias como o Pacto Ecológico Europeu, o município aposta assim em projetos-piloto de recolha seletiva de sucesso, promove iniciativas de combate ao desperdício alimentar, hortas biológicas e compostagem caseira, ativando a economia circular em várias vertentes. Até 2030, o município pretende alargar a recolha seletiva residencial incluindo orgânicos a 90% do Concelho. Pretende implementar um projeto de recolha dos resíduos perigosos domésticos e outros valorizáveis.

Contudo, o desenvolvimento urbanístico levanta desafios não só do ponto de vista do ordenamento do território, mas também da gestão dos recursos naturais e matérias-primas essenciais ao setor, bem como dos resíduos de construção e demolição, incluindo custos de transporte, entre outros, que devem obrigatoriamente ser tomados em consideração.

A construção de um território preparado para os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, no quadro da economia circular, é uma tarefa mais simples quando alicerçada no conhecimento e cooperação pelo que o município de Valongo assenta os seus esforços no estabelecimento de redes de trabalho colaborativo como ferramenta fundamental no processo de transição.



Reconhecendo a importância do setor da construção civil e demolição para a transição para uma Economia Circular, o município de Valongo tem procurado desenvolver sinergias no sentido de promover o desenvolvimento de mecanismos e processos concretos que traduzam eficazmente a agenda de desenvolvimento sustentável em resultados. A oportunidade de integrar uma rede circular sob a temática Urbanismo e Construção, juntamente com outros parceiros com realidades diferentes, mas com problemas similares, veio fortalecer a necessidade de articular esforços ao

nível local e global, visando aumentar a circularidade das soluções e dos materiais utilizados no setor da construção.

CONSTRUINDO UMA VISÃO COMUM...

AMBIÇÕES ...

O Plano de Ação Local na área do Urbanismo e Construção constituirá uma ferramenta complementar à gestão territorial, planeamento e tomada de decisão na administração pública local, permitindo uma resposta antecipada e eficiente na área da boa gestão de resíduos/circularidade, com reflexos diretos na diminuição da emissão de gases com efeito de estufa no setor dos resíduos e da construção sustentável.

Valongo tem participado em estudos e projetos a nível nacional e internacional, tocando os vários domínios da Economia Circular, tais como a elaboração da Agenda Regional do Norte para a Economia Circular promovida pela CCDRN e o Plano de ação para Gestão de Resíduos de Construção e Demolição promovido pela AMP. É signatário do Pacto Português para os Plásticos, a primeira iniciativa nacional com o objetivo de promover a transição do atual sistema dos plásticos para um modelo circular e sustentável. Integrou um projeto de Estudo para Avaliação do Potencial de Reutilização das Águas Pluviais e Residuais, promovido pela AMP, visando a reutilização de águas residuais tratadas e de águas pluviais. O Município tem participado ativamente em redes nacionais e internacionais que visam a sustentabilidade, sendo membro institucional da Associação Nacional de Coberturas Verdes e tendo aderido ao Green City Accord.

Destaca-se ainda o novo edifício da Câmara Municipal, projetado com base na filosofia da economia circular, cujo caráter distintivo tem motivado eco na comunicação social. Salienta-se a aposta na substituição total da iluminação pública por LED, um investimento avultado que está a ser pago com as poupanças geradas, dando assim resposta a um dos maiores anseios da população com uma solução inovadora e sustentável.

Ora, o planeamento, monitorização e implementação de estratégias para a gestão de RCD são um fator incontornável a considerar, no cumprimento dos objetivos e metas definidos no Quadro Legal da Gestão de Resíduos, constituindo, nesta data, um desafio sério, amplamente reconhecido, e com lacunas ao nível da eficiência da gestão, que convém corrigir e harmonizar. Além das lacunas de conhecimento maioritariamente identificadas, urge a necessidade de potenciar a consciencialização sobre as problemáticas subjacentes à circularidade na construção, e incrementar a sensibilidade e sensibilização dos agentes locais e regionais para as melhores práticas disponíveis, sendo nestes dois últimos pontos que o Plano Local de Ação Integrado desempenha um papel preponderante para o desenvolvimento e crescimento sustentável do município.

Assim, a nossa **VISÃO COMUM** passa por criar uma cidade mais circular, com um planeamento equilibrado relativamente à distribuição dos usos no território, à funcionalização e refuncionalização dos edifícios e espaços públicos, baseada em práticas sustentáveis nas diversas vertentes, na senda da transição para uma economia circular e de baixo carbono com foco na durabilidade, adaptabilidade e redução de recursos.

A visão comum resultou de um processo participativo que incluiu os contributos dos membros do GPAL - Grupo Parceiros de Ação Local, os parceiros da rede e o perito da rede. A definição desta visão comum beneficiou ainda de contributos de profissionais do setor da construção e de consultores e especialistas em matéria de circularidade no decorrer de eventos e workshops realizados no decorrer do projeto.

OBJETIVOS A ALCANÇAR...

Através da sua participação na rede R2CS, o município pretende alcançar os seguintes objetivos: incrementar a participação ativa e através desta a consciencialização dos cidadãos para a governança participativa; melhorar os indicadores ambientais; e incentivar a mudança no paradigma das atividades económicas locais, contribuindo para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS'S):



INICIATIVAS EM CURSO / PARCERIAS...

A transferência de boas práticas na construção sustentável para os projetos locais pode ser verificada também no mais recente projeto da autarquia que se irá chamar “**Casa da Democracia Local**”¹. Este novo edifício no centro da cidade albergará não só todos os serviços municipais como pretende constituir uma casa aberta a toda a comunidade, prestando um conjunto alargado de serviços que trarão uma multifuncionalidade à estrutura. O autor do projeto arquitetónico é o Arq. Miguel Ibraim, que usou algumas das abordagens circulares utilizadas no projeto e construção da obra que pretende ser de certa forma uma estrutura demonstradora de novas soluções construtivas mais sustentáveis.

Importa realçar neste âmbito, a utilização de um novo material compósito para construção (SLATETEC) que reutiliza os desperdícios (pó) da indústria de extração de ardósia². Esta indústria tem uma forte tradição na região e continua com algumas unidades em laboração. A reutilização deste desperdício para criar um material de construção é o resultado de uma parceria entre a Empresa das Lousas de Valongo (ELV) e a Plataforma Internacional Fibrenamics da Universidade do Minho³. O Município de Valongo tem em plano outros projetos onde prevê a utilização de soluções sustentáveis, como por exemplo a instalação de coberturas verdes e a reutilização de águas pluviais para rega. Alguns exemplos são o edifício municipal que será requalificado para albergar a Polícia Municipal e a Proteção Civil, a requalificação do edifício do Antigo Cine Teatro de Ermesinde que irá albergar a Oficina Municipal de Artes, e a requalificação da antiga escola primária de Cabeda que irá albergar a Oficina do Brinquedo Tradicional Português.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

Esta estratégia assenta nos seguintes objetivos estratégicos:

- Reduzir as emissões de GEE (gases de efeito de estufa), promovendo a utilização dos modos suaves, a atratividade dos transportes públicos e a consequente racionalização do uso do transporte individual.
- Melhorar a gestão dos RCD's nas obras, publicas e privadas, implementando ferramentas que permitam o controle efetivo dos resíduos produzidos e dos seus destinos finais.
- Promover a melhoria da eficiência energética nos edifícios e equipamentos municipais e nos empreendimentos de habitação social.
- Adotar soluções construtivas mais sustentáveis.
- Incentivar e premiar a adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

¹ https://www.cm-valongo.pt/pages/575?news_id=2288 – Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=EFHjbpCyCWI>

² https://www.cm-valongo.pt/pages/575?news_id=834

³ Vídeo @ <https://vimeo.com/266334997>

GRUPOS-ALVO

- Serviços municipais – ambiente, planeamento e ordenamento do território, mobilidade e obras municipais, comunicação e área financeira
- O setor da construção, pela sua direta interferência na prevenção e gestão dos RCD's.
- A comunidade em geral, pela necessidade de participação ativa de todos para consciencialização dos problemas, mas também para divulgação de soluções.
- População escolar, pela necessidade da contínua sensibilização e forma(ta)ção.

MEMBROS DO GRUPO DE PARCEIROS DE AÇÃO LOCAL (GPAL)

O envolvimento concertado dos parceiros, tendo em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações que integram as operações, o compromisso convergente com a oportunidade e ambição comum de um plano de ação objetivo e eficiente, alavanca o trabalho de definir prioridades e linhas de ação com instrumentos específicos de intervenção, de planeamento e acompanhamento, e assim definir um caminho sólido, coerente e consistente com os desafios de uma cidade mais resiliente, social, verde, digital e global. Considerando a realidade local juntou-se um grupo de parceiros cuja contribuição para a estratégia de economia circular do município se considerou de grande importância, nomeadamente:

- Associação Industrial e Empresarial do Concelho de Valongo, (AIEV) uma associação de empresários criada para a defesa dos interesses económicos regionais,
- Bewater - Águas de Valongo uma empresa que vem implementando um processo de melhoria continua através do seu Sistema de Gestão da Qualidade, fundamentando-se no desenvolvimento de recursos humanos e tecnológicos de modo a garantir a satisfação dos seus clientes, e a cumprir as metas e os objetivos traçados pela União Europeia;
- Vallis Habita Sociedade Municipal de Gestão de Empreendimentos habitacionais de Valongo E.M., empresa criada para gerir o Parque habitacional da Câmara Municipal de Valongo para, entre outras, garantir a manutenção dos edifícios e equipamento, promover a administração patrimonial e social através de uma manutenção de cadastro dos bens imóveis e executar obras de recuperação nas habitações devolutas, sendo este um dos aspetos fundamentais para a missão do GPAL, através do testemunho da experiência adquirida ao longo de muitos anos;
- LIPOR – Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos, constituída por 8 Municípios Associados da região do Grande Porto, é a entidade responsável pela gestão, tratamento e valorização dos resíduos urbanos produzidos nesta área de influência. Este universo que se expandiu naturalmente levando a novos projetos e serviços, tendo por base os princípios da Economia Circular e do Desenvolvimento Sustentável, preconizando a gestão de resíduos como recursos, criando e compartilhando valor. A LIPOR é uma Organização com vasta experiência na criação de sinergias integradoras tanto a nível nacional como internacional, sendo um parceiro fundamental na rede para a construção sustentável;

-
- AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil de Obras Públicas, que representa atualmente mais de 6000 empresas do sector da construção civil e áreas conexas, o que por si só torna esta associação um parceiro de referência para a rede;
 - AdEPorto - Agência da Energia do Porto, sendo uma associação privada sem fins lucrativos, com estatuto de utilidade pública, tem na sustentabilidade energética e na responsabilidade ambiental os dois grandes eixos de atuação e como principais objetivos a promoção da inovação e o exercício de boas práticas por parte de gestores municipais;
 - Associação Smart Waste Portugal é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo potenciar o resíduo em recurso, atuando em diversos níveis da gestão de resíduos, incluindo RCD's e plásticos (sendo promotora do Pacto Português para os Plásticos);
 - Associação Nacional de Coberturas Verdes (ANCV) é uma associação da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção das infraestruturas verdes nas cidades, em particular aquelas que se podem instalar em edifícios (novos ou pré-existentes) como são as coberturas verdes, e que tem como missão, a melhoria da paisagem urbana e valorização dos edifícios através de projetos que demonstram a importância de considerar a vegetação como um “material obrigatório” na construção, tentando minimizar problemas tais como a poluição, os índices de impermeabilização dos solos, densidade e qualidade das construções, ineficiência energética e perda da biodiversidade;
 - CENFIM – Ermesinde é um centro de formação profissional da indústria metalúrgica e metalomecânica que, enquanto centro de formação, pode contribuir de modo significativo para a formação de profissionais que poderão contribuir para o desenvolvimento local, nomeadamente nos ciclos de reutilização e reciclagem dos metais na construção; e ainda,
 - Os diferentes serviços municipais (ambiente, planeamento e ordenamento do território, mobilidade e obras municipais, logística e manutenção, comunicação e área financeira).

MUDANÇA ESPERADA...

O município de Valongo encara este desafio como uma oportunidade para desenvolver sinergias e criar planos de ação locais estratégicos com uma abordagem tentacular, para alcançar os diferentes domínios das dinâmicas urbanas, com enfoque nas áreas da eficiência de recursos, cadeias de valor, descarbonização e capitalização do imenso valor natural que o caracteriza. O conhecimento, a partilha de informação e de experiências e a adoção de projetos em comum com outros municípios, que estão em situação semelhante, ou que até já superaram alguns dos desafios, reveste-se da maior importância.

Surge também como uma oportunidade de alavancar projetos demonstradores, integradores e complementares, e consolidar robustez para alcançar novas oportunidades de financiamento nesta área temática.

Pretende-se que a mudança seja feita nas diversas fases, tais como no uso de recursos e materiais com alta durabilidade, Projetar para desmontar, utilizando produtos de construção que sejam fáceis de separar em componentes para que possam ser reutilizados, remontados, reconfigurados e reciclados, atuar ao nível da identidade dos materiais, identificando as características dos materiais e componentes em produtos de construção, extensão da vida útil da construção, renovando e

melhorando a manutenção, até à fase final do fim de vida, através de uma demolição seletiva, removendo os materiais perigosos e aumentando a fração de separação de materiais de alto valor.

À semelhança de outros projetos intermunicipais onde o Município participa, a união de esforços na análise crítica dos problemas comuns, podem trazer soluções e melhorias da eficiência na gestão, abrindo o leque de possibilidade para candidaturas a fundos que nos permita concretizar parte dos nossos objetivos na área da construção sustentável.

ANÁLISE SWOT

Principais Oportunidades	Principais Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Existência de património natural único na AMP (Serras do Porto), de interesse nacional e comunitário. Inserção na Área Metropolitana do Porto, beneficiando do acesso ao respetivo mercado, e boa conectividade às principais centralidades e <i>facilities</i> metropolitanas. A crescente procura de atividades de lazer e bem-estar, de turismo ativo e de desporto aventura, especialmente na proximidade de espaços urbanos, em complementaridade com a oferta do destino Porto. A valorização dos produtos de origem e de identidade, e a relevância crescente da Alimentação e da Gastronomia, quer no que respeita à Saúde quer quanto ao Turismo. A relevância estratégica que na atualidade assumem os processos de inovação urbana, nomeadamente no que respeita à adoção de abordagens de natureza empreendedora e <i>lean</i>. Revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial (PDM, PEDU, PMAT, PMUS). Programas europeus de financiamento PRR, 1º Direito, POseur Portugal 2030. 	<ul style="list-style-type: none"> Valongo na AMP, tem uma imagem de cidade periférica desqualificada. No âmbito da AMP, o investimento público municipal em Valongo não qualificou suficientemente a cidade, baixando o nível de exigências de qualidade de vida dos residentes relativamente a outros territórios metropolitanos. A periferação da cidade de Valongo face às tendências de incremento das economias de aglomeração no núcleo central da AMP. A tendência de saída de jovens qualificados, confrontados com falta de oportunidades no mercado de trabalho local e/ou pela atratividade que espaços urbanos concorrenciais na sua proximidade oferecem. Dificuldade em relançar a zona industrial de Campo (solo privado) num quadro de valorização das potencialidades logísticas da zona. Excessiva dependência do mercado de emprego dos concelhos mais centrais da área metropolitana. Falta de conhecimento dos Técnicos (Municipais e Empresas do Setor). Prazos de execução das candidaturas aprovadas.
Principais Pontos Fortes	Principais Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Tecido urbano consolidado e antigo, com elementos de coesão urbana, morfológica e territorial. Grau de arborização do espaço público nas urbanizações residenciais e qualidade da infraestrutura das circulações. Existência de forte e reconhecida tradição, know-how e produção no setor da Padaria e Biscoitaria, com relevante concentração no centro histórico. Serra de Santa Justa e Pias inserida na nova oferta do Parque das Serras do Porto. Vitalidade demográfica, atestada pelo significativo crescimento populacional e pela relativa juventude da população residente, no quadro regional. Recursos ambientais, patrimoniais e culturais, possibilitando novas apostas em matéria de criação de negócios e promoção do emprego. Herança e identidades fortes em torno de referenciais identitários associado à 'serra', ao pão, à regueifa e ao biscoito, aos brinquedos tradicionais, entre outros. Ferramentas e Formações na Área da Construção Sustentável e Circularidade dos Materiais. Financiamento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Degradação de alguns espaços urbanos desqualificam a imagem da cidade. Espços públicos com níveis deficitários de conforto e qualificação ambiental. Setor comercial da cidade está muito envelhecido e com limitações financeiras. Atividade económica com vitalidade insuficiente para assegurar níveis mais sustentados de emprego dos residentes. Níveis baixos de qualificação da população residente, por confrontação com as áreas mais qualificadas da AMP. Dispersão da mancha urbana potência a segregação socio-espacial. Insuficiência de respostas sociais (equipamentos, serviços e atividades) destinados à ocupação dos tempos livres e à qualificação e formação profissional de jovens e adultos jovens. Tráfego excessivo na EN15 que atravessa o centro de Valongo Espaço público afeto à circulação automóvel é demasiado elevado por sobredimensionamento das vias. Resistência à mudança e perpetuação de rotinas nos processos de atuação. Financiamento insuficiente em algumas áreas e falta de capacidade de execução por falta de meios e recursos humanos.

DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS

DESAFIOS QUE SE COLOCAM À CIDADE DE VALONGO

- ✓ Sensibilizar os proprietários, locatários e investidores privados para a importância e os benefícios materiais e sociais da reabilitação urbana.
- ✓ Gerar capacidade endógena para criar emprego, fixar população e dinamizar a oferta comercial e de serviços na cidade, e particularmente no Centro Histórico, vivificando este espaço e conferindo-lhe funções direcionais centrais.
- ✓ Afirmar-se como porta de entrada no Parque das Serras do Porto, concentrando um conjunto de funções qualificadas e gerando novas oportunidades de negócio na cidade;
- ✓ Potenciar os seus fatores de identidade, a partir da geração de dinâmicas económicas e sociais que mobilizem os residentes, reforcem o seu sentimento de pertença e induzam novos fluxos de visitantes e uma nova imagem metropolitana.
- ✓ Qualificar a população residente e promover a respetiva empregabilidade, fixando-a profissionalmente no concelho e mobilizando-a para a modernização e desenvolvimento da atividade económica.
- ✓ Consolidar uma identidade forte em torno do concelho e do seu património, capaz de favorecer processos de desenvolvimento social e urbano de base comunitária.
- ✓ Requalificar e dinamizar económica e socioculturalmente as áreas desfavorecidas, designadamente dos bairros sociais mais periféricos, e sua integração na vida e dinâmica gerais da comunidade englobante.
- ✓ Promover um conceito mais sedimentado de cidade, contrário ao ‘dormitório’ e à suburbanização que imperou durante décadas no modelo de desenvolvimento de Valongo.

FATORES CRÍTICOS

- ✓ A fragilidade da disponibilidade financeira e da confiança com a consequente mitigação do investimento;
- ✓ A articulação dos diversos programas de ação urbanística, de modo a potenciar os efeitos resultantes das diversas complementaridades (difusão de dinâmicas de regeneração nas suas envolventes).
- ✓ A promoção de competências empreendedoras junto da população, e atrair investimentos (públicos e privados) que funcionem como alavancas para dinamizar novas oportunidades locais;
- ✓ Potenciar as suas vocações e vantagens competitivas no quadro da Área Metropolitana do Porto, valorizando as dimensões de lazer e bem-estar que poderá oferecer;
- ✓ O envolvimento dos agentes económicos, culturais e sociais na construção e promoção da identidade concelhia, com vista à sua sedimentação e ao desenvolvimento do seu potencial em matéria de dinamização económica e cultural e de regeneração urbana e social.
- ✓ A priorização da aposta na coesão social e territorial e afirmação de uma liderança capaz de envolver e coordenar os múltiplos parceiros e interesses implicados na estratégia de desenvolvimento urbano traçada.

- ✓ A concretização de investimentos decisivos em matéria de requalificação do espaço público e de constituição de equipamentos-âncora capazes de alavancar as apostas estratégicas do Município e, em particular, a dimensão qualificante e empregadora que a elas se pretende associar.

PROBLEMAS E DESAFIOS IDENTIFICADOS PARA A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL			
Nova Construção:	Governança:	Reabilitação:	Comunicação:
<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos à construção modular / sustentável - Elaboração de Clausulas de Economia Circular nos Cadernos de Encargo - Definição de Métricas - Avaliação do Ciclo de Vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de Equipas - Estrutura de Gestão - Revisão de regulamentos - Cooperação Municípios / empreiteiros / arquitetos - projetistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Circularidade de Materiais - (Re)funcionalização de espaços e estruturas - Incentivos à reconstrução sustentável - Controlo das pequenas construções particulares 	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização e mobilização - Grupos – alvo e modelos operativos - Tipo de campanha e meios

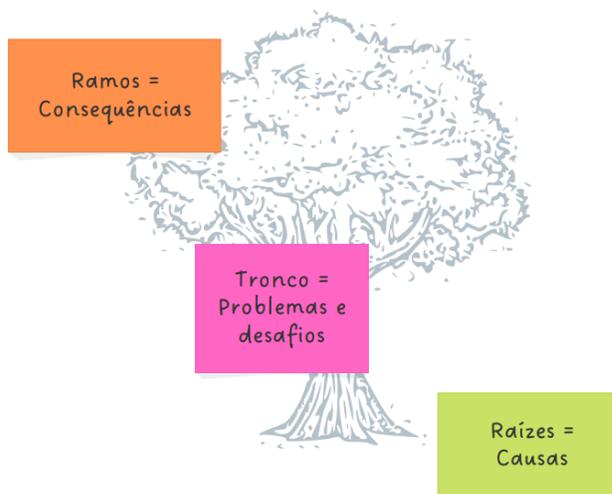
DESCRIÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO E COLABORATIVO DESENVOLVIDO

O processo de elaboração do Plano de Ação Local Integrado (PLAI) desenvolveu-se de uma forma natural e colaborativa, em reuniões presenciais e online (via Plataforma Teams) por um lado para maior facilidade de coordenação das agendas com os parceiros do Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL) e tirar vantagem das plataformas de trabalho digitais e, por outro, para contribuir para a redução da pegada de carbono da rede.

Nas reuniões do GPAL os parceiros foram convidados a participar em atividades de trabalho de grupo, partilha de conhecimento, partilha de boas práticas, etc., que se revelassem importantes para o tema da Construção sustentável no Município de Valongo.

Os parceiros foram convidados e trabalhar em grupo e a refletir sobre os problemas e desafios associados à economia circular e sustentabilidade em matéria de construção de modo a identificar problemas, causas e consequências/efeitos. Procedeu-se à construção da Árvore de Problemas em que o tronco representaria os problemas, as raízes as causas para os problemas e a copa as consequências/efeitos dos problemas identificados.

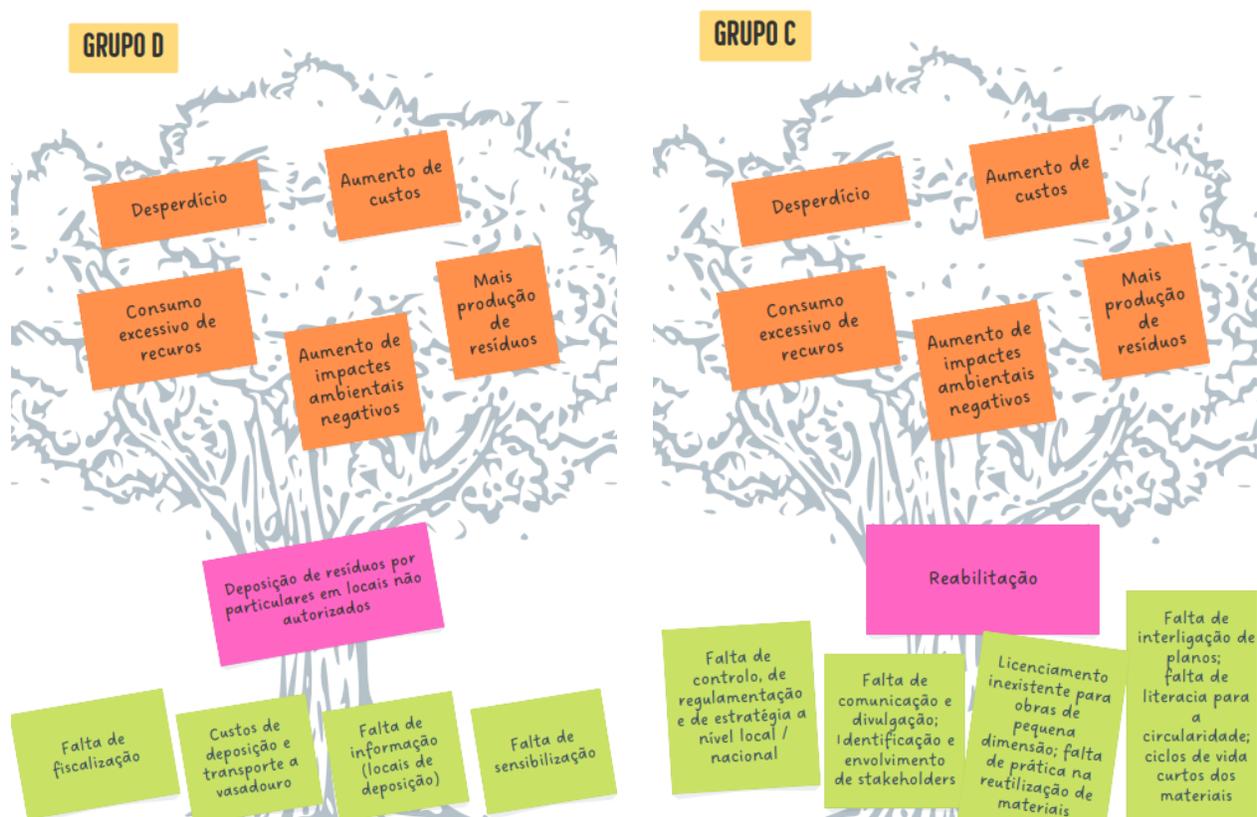
Formaram-se grupos de trabalho heterogéneos de modo a refletir a diversidade dos parceiros presentes e trazer para a discussão diferentes níveis de experiências e



conhecimentos da problemática em discussão. Cada grupo partilhou com os presentes as suas conclusões. Destes grupos resultou a identificação de diversos problemas, causas e efeitos.

Entre os diversos problemas identificados, foram abordadas questões sobre as limitações regulamentares relacionadas com o Plano Diretor Municipal e regulamentos municipais e nacionais, a falta de conhecimento e sensibilização dos projetistas e outros intervenientes, a falta de incentivos à reabilitação e à construção modular, ausência de modelos de rastreabilidade de materiais, ausência de incentivos à circularidade, falta de alternativas para deposição de resíduos de construção e demolição, falta de controlo de obras de pequena dimensão, perpetuação de metodologias.





Cada grupo selecionou um, ou dois, dos problemas identificados, discutiu e propôs soluções para os mesmos.

IDENTIFICAÇÃO E RESUMO DAS SOLUÇÕES PRECONIZADAS

Dos trabalhos de grupo resultaram nove propostas de ação. Os membros do GPAL foram convidados a indicar as cinco (5) ações que melhor respondessem aos desafios da circularidade na construção sustentável. A ordem (A1, A4, A...) indicada por cada participante, traduziu-se na seguinte pontuação: 5, 4, 3, 2, 1. Foram selecionadas as cinco ações mais votadas, ordenadas pelo n.º decrescente de pontos obtidos.

As ações selecionadas foram:

A2– Formação de Agentes e Técnicos sobre a reutilização de materiais em edifícios, promoção da reconstrução e da eficiência energética através da realização e promoção de Workshops e Webinars com a comunidade e agentes económicos que poderão ser online e/ou presenciais.

A1 – Incentivo Municipal, através de redução de taxas, para a reutilização e valorização de materiais, alteração à tabela de taxas.

A3 – Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Cadernos de Encargos para obras públicas, para a promoção de boas práticas na reutilização de materiais e na adoção de materiais locais na construção nova e na reabilitação.

A4 – Elaboração de Guia simples de boas práticas para a construção sustentável, incluindo edifícios energeticamente sustentáveis, gestão de Resíduos de Construção e Demolição, etc. Ver exemplos: site Madeira circular.

A9 – Criar listas de fornecedores com opções sustentáveis.

As fichas de ação, com a descrição individualizada e pormenorizada de cada uma das ações selecionadas, estão no Anexo I.

Não obstante, se terem selecionado apenas cinco ações optou-se por manter todas as ações sugeridas neste PLAI pois, por um lado, foram problemas identificados pelo grupo e, por outro, poderão ser consideradas pertinentes no futuro.

As ações não selecionadas são:

A8 – Criar ou adotar métricas para avaliar a circularidade e dinamizar criando incentivos tipo selo verde ou redução dos tempos de aprovação dos projetos.

A7 - Criação de grupos de Stakeholders por Temas relacionados com a Construção.

A5 – Criação de One Stop Shop (*) para apoio ao cidadão – plataforma onde fica disponível toda a informação de materiais.

(*) uma loja / plataforma que tem tudo / informação, onde uma visita pode resolver várias necessidades do cliente, tendência crescente do e-commerce.

A6 - Criação de mecanismos para promover boas práticas.

As fichas respetivas constam no Anexo II.

resultados
da Votação

- **Ação 2 - 56 pontos**
- **Ação 1 - 45 pontos**
- **Ação 3 - 41 pontos**
- **Ação 4 - 40 pontos**
- **Ação 9 - 17 pontos**
- **Ação 8 - 14 pontos**
- **Ação 7 - 14 pontos**
- **Ação 5 - 6 pontos**
- **Ação 6 - 6 pontos**

ANEXOS

ANEXO I - FICHAS DE AÇÃO

Ação						
Ação n.º 1	Implementação de um plano anual de ações de Formação e Sensibilização de Agentes e Técnicos em temas relacionados com a Economia Circular e Construção sustentável					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
+	+	+		+	+	+
Descrição						
<p>O setor da construção civil, face à necessidade constante de materiais de construção, é um grande contributo para as alterações climáticas. A falta de conhecimento e sensibilização dos agentes e técnicos da construção civil, nomeadamente na gestão de resíduos de construção e demolição, opções sustentáveis a nível energético, e outras, dificulta a eficaz e eficiente implementação de medidas de melhoria no setor.</p> <p>Apenas com uma compreensão aprofundada sobre o tema é possível levar a cabo alterações de comportamento e ações que produzam impacto positivo no desenvolvimento sustentável do setor.</p> <p>Desta forma, é fulcral desenvolver e implementar um plano de ações de sensibilização que permitam consciencializar as equipas de agentes e técnicos, internos e externos ao Município fornecendo conhecimento que permita não só a mudança no planeamento de obra, mas também na execução e futura manutenção e desconstrução dos edifícios.</p> <p>Assim esta medida visa criar um mapa detalhado das ações, promoção de Workshops e Webinars com a comunidade e agentes económicos e <i>timeline</i> de execução, com eventos online e presenciais, para promoção da reconstrução e da eficiência energética, da rastreabilidade de materiais e sua reutilização de materiais em edifícios.</p>						
Objetivos						
1	Aumentar o nível de consciência e formação dos agentes e técnicos para a construção sustentável;					
2	Aumentar o nível de consciência geral do impacto do setor da construção nas alterações climáticas e contribuir para a sua redução;					
3	Aumentar a eficiência na implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas.					
Metodologia de implementação						
1.	Definição das ações de sensibilização;					
2.	Definição do público-alvo de cada ação;					
3.	Definição de ferramentas a utilizar em cada ação;					
4.	Definição da <i>timeline</i> de execução de cada ação;					
5.	Divulgação do plano de ação.					
Incidência Territorial	Concelho					
Prioridade	+++					
Serviços Responsáveis	DOPM/DEP, DPGUA/DA					
Parceiros	CCDRN; Universidades; Empresas					
Grau de Dificuldade de Implementação	Médio					
Prazo de execução	2 Anos					

Custo de investimento	10.000€		
Condicionantes e Constrangimentos	Falta de fontes de financiamento; Falta de interesse dos agentes nas ações;		
Fontes de Financiamento	Fundo ambiental; Orçamento Municipal		
Indicador de realização	Unidade	Valor Ref.	Meta
n.º de Webinars (2 on-line e 2 presenciais)	4	0	2/ano
n.º de Workshops (2 presenciais)	2	0	1/ano
Metodologia de monitorização	n.º de ações e nº de participantes		
Calendário de monitorização	A cada 6 meses		
Documentos Relacionados	Formação na área da Central de Compras Ecológicas.		

Ação						
Ação n.º 2	Incentivo Municipal - através de redução de taxas - para a reutilização e valorização de materiais, alteração à tabela de taxas.					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+			+	+	
Descrição						
<p>A promoção e incentivo da implementação mais generalizada e abrangente de práticas de circularidade e incremento de maiores níveis de sustentabilidade de todos os processos relacionados com o setor da construção, alicerça-se em muito no devido enquadramento da regulamentação municipal aplicável às pretensões de edificação e processos construtivos. Esta ação pretende incentivar a construção numa perspetiva de discriminação positiva daqueles que são promotores de boas-práticas, em todas as dimensões do setor, premiando pela redução de taxas, licenças ou emolumentos devidos ao município, os processos meritórios deste esforço financeiro municipal.</p>						
Objetivos						
<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e melhoria sistemática das normas e regulamentos autárquicos, integrando recomendações da tutela em matérias relacionadas com a circularidade; - Enquadrar políticas de discriminação positiva, nomeadamente pela via da redução de taxas e licenças devidas ao município para os que se enquadrem nos parâmetros a estabelecer para a atribuição de benefícios. - Incluir no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais isenções e reduções de taxas para operações urbanísticas que promovam a circularidade 						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial	Concelho					
Prioridade	1ª prioridade					
Serviços Responsáveis	DGFFC/DGFT, DOPM/DEP, DPGUA/DGU e DPGUA/DP					
Parceiros	Câmara Municipal; Serviços técnicos, financeiros e jurídicos municipais					
Grau de Dificuldade de Implementação	Médio					
Prazo de execução	2 Anos					
Custo de investimento	€€€ (na perspetiva da redução de taxas)					
Condicionantes e Constrangimentos	Impedimentos orçamentais; falta de meios; Necessidade de um compromisso político sério e de longo prazo					
Fontes de Financiamento	Orçamento Municipal;					
Indicador de realização	Unidade	Valor Ref.	Meta			
% de redução das Taxas para emissão de Alvará de Licença ou Comunicação Prévia para obras de edificação.	%		50%			

% de redução das Taxas para emissão de Licença ou Comunicação Prévia de Demolição	%		50%
% de redução das taxas de emissão de Alvará de autorização de utilização e de alteração de utilização.	%		50%
Metodologia de monitorização	n.º de obras com redução de taxas; Cálculo da taxa conforme regulamento atual aplicando-se a redução de 50% ao valor final caso se reutilizem ou valorizem materiais existentes.		
Calendário de monitorização			
Documentos Relacionados	Regulamento e Tabela de Taxas Municipais		

Ação						
Ação n.º 3	Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Cadernos de Encargos para Obras Públicas					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+					
Descrição						
Prever normas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) do Município de Valongo para promover a reutilização de materiais e a desconstrução, bem como a atualização das normas dos Cadernos de encargos para obras públicas, de modo a promover boas práticas na reutilização de materiais e na adoção de materiais locais na construção nova e na reabilitação.						
Objetivos						
Promover a economia circular nas obras particulares e públicas municipais						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial	Concelho					
Prioridade	1ª prioridade					
Serviços Responsáveis	DPGUA/DGU DPGUA/DP DPOM/DEP DPOM/DOM					
Parceiros	Vallis Habita; BeWater; Lipor					
Grau de Dificuldade de Implementação	Médio					
Prazo de execução	2 anos					
Custo de investimento	10.000,00€					
Condicionantes e Constrangimentos	Regulamentos e Cadernos de Encargos em vigor					
Fontes de Financiamento						
Indicador de realização	Unidade	Valor Ref.	Meta			
Revisão do RMUE	un		1			
Revisão de Cadernos de Encargos Projetos e Empreitadas	un		1			
Metodologia de monitorização	6 em 6 meses - avaliação da revisão					
Calendário de monitorização	2 anos					
Documentos Relacionados	Concursos para projetos e para empreitadas					

Ação						
Ação n.º 4	Elaboração de Guia simples de boas práticas para a construção sustentável. Ex: site Madeira circular					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+					
Descrição						
Elaborar um guia simples de boas práticas de fácil compreensão para a comunidade em geral sobre o tema para a construção sustentável.						
Objetivos						
Ajudar a promover as boas práticas.						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial				Concelho		
Prioridade				1ª Prioridade		
Serviços Responsáveis				DPGUA/DA DOPM/DEP/ DOPM/DOM Vallishabita		
Parceiros				CMV Serviços técnicos Vallis Habita		
Grau de Dificuldade de Implementação				Médio		
Prazo de execução				2 anos		
Custo de investimento				10 000€		
Condicionantes e Constrangimentos				Falta de meios		
Fontes de Financiamento				Orçamento Municipal		
Indicador de realização			Unidade	Valor Ref.	Meta	
Elaboração de Guia (publicação digital)			un		1	
Elaboração de Guia (publicação física)			un		1	
Metodologia de monitorização				Medição do ponto de situação		
Calendário de monitorização				1 un digital 1º ano; 1 un física 2º ano.		
Documentos Relacionados						

Ação						
Ação n.º 5		Criar listas de fornecedores com opções sustentáveis.				
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+			+		+
Descrição						
Elaboração de lista de fornecedores com opções sustentáveis de materiais de construção.						
Objetivos						
Promover a economia circular nas obras particulares e públicas Municipais.						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial				Concelho		
Prioridade				1ª prioridade		
Serviços Responsáveis				DPGUA/DA DOPM/DEP DOPM/DOM		
Parceiros				CMV Serviços técnicos Vallis Habita		
Grau de Dificuldade de Implementação				Médio		
Prazo de execução				2 anos		
Custo de investimento				5000€		
Condicionantes e Constrangimentos				Falta de meios		
Fontes de Financiamento				Orçamento Municipal		
Indicador de realização		Unidade	Valor Ref.	Meta		
Elaboração de Lista de Fornecedores		un		1		
Metodologia de monitorização				Verificação ponto de situação		
Calendário de monitorização				6 em 6 meses ponto de situação.		
Documentos Relacionados						

ANEXO II - FICHAS DE AÇÃO NÃO SELECIONADAS

Ação						
Ação n.º 6	Criar ou adotar métricas para avaliar a circularidade e dinamizar criando incentivos tipo selo verde ou redução dos tempos de aprovação dos projetos.					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+					
Descrição						
Monitorizar os tempos de aprovação dos projetos						
Objetivos						
Diminuir os prazos de aprovação de projetos com materiais de construção circulares e sustentáveis.						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial				Concelho		
Prioridade				2ª prioridade		
Serviços Responsáveis				DPGUA/DGU		
Parceiros				CMV Serviços técnicos		
Grau de Dificuldade de Implementação				Difícil		
Prazo de execução				2 anos		
Custo de investimento						
Condicionantes e Constrangimentos				Meios e legislação		
Fontes de Financiamento						
Indicador de realização		Unidade	Valor Ref.	Meta		
Tempo médio de aprovação dos projetos sustentáveis (em dias) vs projetos correntes.		dias		-10 dias		
Metodologia de monitorização		Medição do nº de dias para aprovar projeto				
Calendário de monitorização		Monitorizar de 6 em 6 meses				
Documentos Relacionados		SPO verificar datas				

Ação						
Ação n.º 7	Criação de grupos de Stakeholders por Temas relacionados com a Construção					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
Descrição						
Criação de grupos de stakeholders por temas/áreas de construção relacionados com construção sustentável.						
Objetivos						
Criação de grupos para debates e troca de ideias para a construção sustentável.						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial				Concelho		
Prioridade				2ª prioridade		
Serviços Responsáveis				DPGUA/DA DOPM/DEP DOPM/DOM		
Parceiros				CMV Serviços Municipais		
Grau de Dificuldade de Implementação				Médio		
Prazo de execução				2 anos		
Custo de investimento						
Condicionantes e Constrangimentos				Falta de meios		
Fontes de Financiamento						
Indicador de realização		Unidade	Valor Ref.	Meta		
Nº de grupos de stakeholders (ex: grupo para temática de Coberturas, grupo para Fachadas, grupo para Equipamentos, grupo para Pavimentos, grupo para Caixilharias, grupo para Infraestruturas urbanas, etc).		un		2/ano.		
Metodologia de monitorização		Medição do nº de grupos criados				
Calendário de monitorização		6 em 6 meses				
Documentos Relacionados						

Ação						
Ação n.º 8	Criação de One Stop Shop (*) para apoio ao cidadão.					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+					
Descrição						
<p>Criação de plataforma para apoio ao cidadão, onde cada interessado pode encontrar informação sobre as matérias da construção circular e sustentável. (*) uma plataforma que tem toda a informação, onde uma visita pode resolver várias necessidades do cliente, tendência crescente do e-commerce.</p> <p>Nesta plataforma o cidadão poderá encontrar informação sobre legislação, à circularidade de materiais, localização de pontos de receção de RCD's, localização de bancos de materiais, fornecedores de soluções sustentáveis na Construção, boas práticas na construção, etc. Poderão ser incluídos os RCDA's.</p> <p>Sensibilizar para o problema da deposição indevida de RCD's;</p>						
Objetivos						
Aumentar o nível de sensibilização e informação, tanto do cidadão comum em relação aos materiais a utilizar na construção, como dos intervenientes, por ex. pequenos construtores, no setor da construção civil.						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial	Concelho					
Prioridade	3ª prioridade					
Serviços Responsáveis	DPGUA/DA DOPM/DEP DOPM/DOM					
Parceiros	CMV Serviços Municipais					
Grau de Dificuldade de Implementação	Médio					
Prazo de execução	2 anos					
Custo de investimento	10.000€					
Condicionantes e Constrangimentos	Falta de meios					
Fontes de Financiamento	Orçamento Municipal					
Indicador de realização	Unidade	Valor Ref.	Meta			
Elaboração de plataforma One-Stop-Shop	un		1			
Metodologia de monitorização	Verificação do ponto de situação					
Calendário de monitorização	Monitorizar de 6 em 6 meses					
Documentos Relacionados						

Ação						
Ação n.º 9	Criação de mecanismos para promover as boas práticas					
Enquadramento nas Áreas Estratégicas do Plano de Ação para a Estratégia Nacional Economia Circular						
Desenhar, Reparar, Reutilizar;	Incentivar um mercado circular;	Educar para uma economia circular;	Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;	Nova vida aos resíduos;	Regenerar recursos: água e nutrientes;	Investigar e inovar para uma economia circular.
	+	+		+		+
Descrição						
Criação de mecanismos e procedimentos para promoção de boas práticas.						
Objetivos						
Implementar procedimentos de boas práticas para a construção circular sustentável.						
Metodologia de implementação						
Incidência Territorial	Concelho					
Prioridade	4ª prioridade					
Serviços Responsáveis	DPGUA/DA DOPM/DEP DOPM/DOM.					
Parceiros	CMV Serviços Municipais					
Grau de Dificuldade de Implementação	Médio					
Prazo de execução	2 anos					
Custo de investimento	10000€					
Condicionantes e Constrangimentos	Falta de meios e recursos humanos					
Fontes de Financiamento	Orçamento Municipal					
Indicador de realização	Unidade	Valor Ref.	Meta			
Nº de procedimentos de boas práticas	uni		3/ano			
Metodologia de monitorização	Medição do nº de procedimentos criados.					
Calendário de monitorização	Monitorizar de 6 em 6 meses.					
Documentos Relacionados						

ANEXO III - RESUMOS DAS REUNIÕES GPAL

ANEXO IV – GLOSSÁRIO